**NOVOS ARRANJOS INSTITUCIONAIS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DAS OUVIDORIAS E DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Sessão temática (4): Estado, políticas públicas e desenvolvimento regional**

**RESUMO**

O artigo apresenta uma pesquisa sobre a importância de mecanismos democráticos de participação e controle, como é o caso dos arranjos institucionais e de implementação na promoção das políticas públicas. A problemática procurou respostas sobre o papel das Ouvidorias e da Lei de Acesso à Informação como promotoras da governança pública e do desenvolvimento regional. O estudo se iniciou com o aprofundamento em teorias sobre as relações e rupturas entre os arranjos institucionais, a sociedade civil e as políticas públicas, enfatizando a redemocratização brasileira, iniciada com a previsão de criação da Defensoria do Povo, em 1988, passando pela criação da Ouvidoria Geral da União e se ampliando com a Lei de Acesso à Informação. A pesquisa foi bibliográfica e documental, destacando-se o uso de coletâneas e relatórios oficiais. Foi possível constatar contribuições dos novos arranjos institucionais para o desenvolvimento regional, principalmente quando possuem existência assegurada por dispositivos legais.

**ASPECTOS METODOLOGICOS**

Para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa, a metodologia utilizada contemplou, no primeiro momento, uma análise bibliográfica. A escolha desse método se justifica pela densidade dos materiais de referência disponíveis, possibilitando assim um aprofundamento e atualização sobre as possíveis teorias existentes, conforme sugere Oliveira (2002).

 Também, pelo fato de serem a Ouvidoria e a Lei de Acesso à Informação (LAI) temas recentes e com pouca exploração no cenário acadêmico, optou-se pela pesquisa documental, pois permitiram o acesso e a análise às fontes que ainda não haviam recebido um tratamento analítico, tendo sido considerados relatórios e outras tipologias que apresentam dados mais específicos sobre o tema, como é o caso de tabelas, quadros e gráficos (Gil, 2008).

Considera-se ainda as teorias enquanto um conceito polissêmico, dada a possibilidade de estabelecer vínculos e articulações entre os conceitos, as categorias e as hipóteses. A análise do conteúdo é qualitativa, pois esse tipo de pesquisa possibilita a interpretação dos fenômenos de estudo de forma contextualizada e dinâmica, procurando compreender os fatos e os fenômenos sociais, com amparo na trajetória e na mobilidade social dos atores inseridos no processo.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A realização da pesquisa sobre as relações, alcances e limitações entre os novos arranjos institucionais e de implementação, a promoção da participação da sociedade civil e as políticas públicas possibilitou a ampliação de reflexões a partir de autores sobre o tema, inclusive em forma de comparação com as transformações ocorridas no cenário brasileiro com a redemocratização.

A análise das Ouvidorias e da Lei de Acesso à Informação (DIAS; MATOS, 2012), sendo essa última indissociável do Sistema de Informação ao Cidadão e do Portal da Transparência, possibilitaram constatar resultados positivos, principalmente quando passam de um ideal constitucional, político e democrático, em 1988, para mecanismo reais, orgânicos e tendo suas existências e funcionalidades asseguradas por amparo legal a partir de 2004.

Nesse mesmo sentido de ampliação e fortalecimento da participação social, os arranjos institucionais e de implementação mostraram-se como meios que contribuem para transformar o *status* histórico do Estado como protagonista das políticas públicas (PIRES; GOMIDE, 2021), ampliando os espaços para a sociedade civil sob a égide da governança pública (COELHO; FAVARETO, 2012).

A indagação apresentada como problema de pesquisa teve respostas que se apresentaram de forma gradativa com o avançar dos estudos sobre o cenário brasileiro, especialmente com a análise dos dados e números relativos à evolução dos arranjos institucionais e de implementação, além da ampliação da participação, ambos de forma concomitante com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, que cumprem relevante papel para estimular os processos de transparência, publicidade, prestação de contas e desburocratização. Criados os meios e asseguradas as condições para a participação da sociedade civil, ganham as políticas públicas (CAPELLA, 2005) e os cidadãos, por meio das representações, da participação ativa, da proposição e da formulação consoantes com os interesses coletivos, com a legitimidade.

**RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMATICA**

A pesquisa se alinha com a sessão temática número 2, “Dinâmicas socioeconômicas regionais”. Trata-se de um estudo de caso sobre a origem e o desenvolvimento de Patos de Minas, consideradas variáveis históricas permeadas pela colonização do Brasil e, de forma mais contemporânea, a classificação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como uma das treze Regiões Geográficas Intermediárias de Minas Gerais.

**REFÊRENCIAS**

CAPELLA, Ana Cláudia N. **Formação da Agenda Governamental**: Perspectivas Teóricas. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, GT19 - Políticas Públicas. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com\_docman&task=doc\_vi ew&gid=3789&Itemid=318 Acesso em: 13 nov 2023.

COELHO, Vera Schattan; FAVARETO, Arilson. **Conexões entre participação, democracia e desenvolvimento**: investigação dos impactos políticos e distributivos da participação social. *In*: LAVALLE, Adrian G. (Org.). O horizonte da Política: questões emergentes e agendas de pesquisa. São Paulo: Editora Unesp: CEBRAP: CEM, 2012.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PIRES, Roberto; GOMIDE, Alexandre. **Arranjos de Implementação e Ativação de Capacidades Estatais para Políticas Públicas**: o Desenvolvimento de uma Abordagem Analítica e Suas Repercussões. Boletim de Análise Político-Institucional do IPEA, n. 29, pp. 49-59 (2021).